

Em 13 / 12 / 2021
PROCURADORIA
MUNICIPAL

Presidente

Em 13 / 12 / 2021

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 019 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

APROVADO

Em 20 / 12 / 2021

Votação 9 X 0

Presidente

Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC e dá outras providências.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos artigos 53, III e 93, inciso I, alínea “d”, da Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, conforme o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8. 078, de 11/09/90, regulamentado pelo Decreto Federal nº 2. 181, de 21/03/97, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

§ 1º O FMDC será gerido pelo Conselho Gestor, composto pelos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor COMDECON.

§ 2º Compete à secretária de administração a execução orçamentária do FMDC, na condição de ordenadora de despesa, que fará o controle orçamentário, financeiro, contábil, patrimonial e de prestação de contas, previamente autorizada pelo COMDECON.

Art. 2º O FMDC terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do município de Agrestina.

§ 1º Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo, serão aplicados:

- I - no fortalecimento da estrutura e constante modernização administrativa do PROCON AGRESTINA e órgãos responsáveis pela execução de políticas relativas a área;
- II - na realização de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;
- III - na promoção de atividades e eventos educativos, científicos e de pesquisas;
- IV - na produção e divulgação de informações relacionadas à orientação do consumidor e do fornecedor, objetivando o perfeito atendimento nas relações de consumo;
- V - aquisição de material permanente ou de consumo e de outros insumos necessários ao funcionamento do órgão;
- VI - no custeio da manutenção e modernização técnica e administrativa do PROCON AGRESTINA



APROVADO

Em 22 / 12 / 2021
Procuradoria Municipal

Votação 10 X 0

Centro Administrativo
Rua Marechal Rondon, N°100
Centro, Agrestina - PE 55.495-000

CNPJ: 10.091.194/0001-10
(81) 3744-1111
procuradoria@agrestina.pe.gov.br

VII - na aquisição de materiais, inclusive fardamento necessário ao desenvolvimento das atividades de fiscalização, informação e educação das normas de defesa do consumidor;

VIII - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

IX - no reparo, manutenção e conservação de móveis, máquinas, aparelhos, equipamentos, veículos e imóveis;

X - matérias e serviços gráficos para a produção de cartilhas, folders, panfletos dentre outros necessários à divulgação e orientação dos direitos dos consumidores;

XI - incineração de documentos;

XII - serviços, locação de bens, equipamentos, acessórios e imóveis necessários ao desenvolvimento exclusivo das ações e dos serviços de proteção e defesa dos direitos do consumidor.

XIII - no custeio da participação de representantes do PROCON Municipal de Agrestina em reuniões, encontros, congressos, seminários e cursos relacionados à proteção e defesa do consumidor, e ainda investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor, desde que autorizado pelo(a) Secretário(a) de administração.

§ 1. Os recursos do FMDC provenientes de multas administrativas deverão ser identificados segundo a natureza da infração ou do dano.

§ 2. A realização das aquisições, serviços e locações necessárias à efetivação das atividades descritas neste artigo, far-se-á em observância ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei 4.253/2020 e alterações posteriores.

Art. 3º Constituem recursos do Fundo o produto da arrecadação:

I - das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei nº 7.347, de 24/07/1985;

II - dos valores destinados ao Município, em virtude da aplicação da multa prevista no artigo 56, inciso I e no artigo 57 e seu parágrafo único, da Lei 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

IV - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - as doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

VI - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 4º As receitas descritas no artigo 3º desta Lei Complementar serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito.



§ 1º As empresas infratoras comunicarão no prazo de 10 (dez) dias, ao COMDECON os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º O Presidente do COMDECON é obrigado a publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando a cópia aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

Art. 5º O Poder Executivo, mediante Decreto, regulamentará a presente lei para fiel execução.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal Prefeito Sinval Ribeiro de Melo.
Gabinete do Prefeito, em 22 de novembro de 2021.


JOSUE MENDES DA SILVA
Prefeito



MENSAGEM DO PROJETO DE LEI Nº 019 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

**Excelentíssimos:
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores**

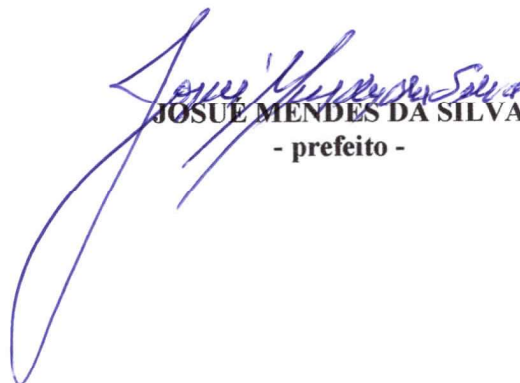
Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC e dá outras providências”.

A proposta alinha-se a propositura da criação Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, objetivando a implantação de um instrumento de cidadania e melhoria da qualidade de vida dos munícipes alusiva a garantia dos direitos do consumidor. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, destina-se a receber os recursos, dentre eles, os obtidos com as multas aplicadas em decorrência das atividades de fiscalização das normas de defesa do consumidor, também previsto e regulado pelo Código de Defesa do Consumidor e cujos recursos financiarão as atividades de proteção e defesa do consumidor.

Os recursos provenientes do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor servirão para manter o funcionamento do órgão, permitindo a aquisição periódica de equipamentos, materiais permanentes e de consumo, realização de ações preventivas de divulgação dos direitos dos consumidores, confecção e distribuição de material informativo, entre outros inúmeros benefícios à população, fazendo-se cumprir em sua integralidade a política nacional de proteção dos direitos difusos, coletivos e do consumidor.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres pares, a manifestação do meu singular apreço, na forma do Regimento Interno da Casa.




JOSUÉ MENDES DA SILVA
- prefeito -



Thaís Dominique Beserra

SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, e dá outras providencias.

CONSULENTES: CONTROLE INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGRESTINA

CONSULTA: Solicitam posicionamento jurídico acerca da legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 019/2021.

A propositura tem como objetivo analisar os aspectos legais, bem como as implicações financeiras e disponibilidade orçamentária referente ao Projeto de Lei Complementar nº 019/2021.

É o sucinto relatório. Passo a Opinar.

De início, esclareço que o presente parecer possui caráter opinativo, onde a situação é analisada tendo em vista as normas legais, ficando a decisão final a cargo das Comissões Permanentes da Casa de Edis.

É cediço que os municípios brasileiros são entes-federativos dotados de autonomia, consoante o que dispõe o art. 18 da CF/88, regendo-se por sua Lei Orgânica na forma do Art. 4º do mesmo digesto. Portanto, é o Município autônomo para legislar sobre assuntos de seu Interesse.

Nesse sentido, o Projeto de Lei Complementar nº 019/2021 em referência encontra amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República, na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratar-se de iniciativa privativa do Legislativo Municipal e nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

A propositura encontrou sua justificativa em plenário e, afigura-se devidamente prevista no Orçamento do Município para o exercício vigente, assim como não repercute em criação ou aumento de despesa de caráter continuado, de forma que não viola a Lei de Responsabilidade Fiscal nem as disposições da LC 173/2020.

Restando presentes os requisitos legais supramencionados, que **institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC**, demonstrada a existência de dotação suficiente para lhe fazer face nas colunas referentes às quantidades permitidas para provimento e despesas correspondentes, não existe óbice legal para que produza efeitos no mundo jurídico.

Ex vi, **OPINA** que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura **institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC**.

É o parecer. s.m.j.

Agrestina/PE, em 07 de dezembro de 2021.

Bela. Thaís Dominique B. Beserra

Assessora Jurídica

Agrestina, 06 de dezembro de 2021.

Ofício GP nº. 511 /2021.

Ilmo. Senhor
JOSÉ GIVALDO LEITE
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.
Casa Legislativa Agrício Brasil
Agrestina – PE

Protocolo Central
Câmara Municipal de Agrestina
06/12/21 nº 765
Márcia José Martins B. Santos

Ref. Projeto de Lei Municipal.
Assunto: Encaminha Projetos de Lei Municipal nº 016, 019, 020 e 021/2021.

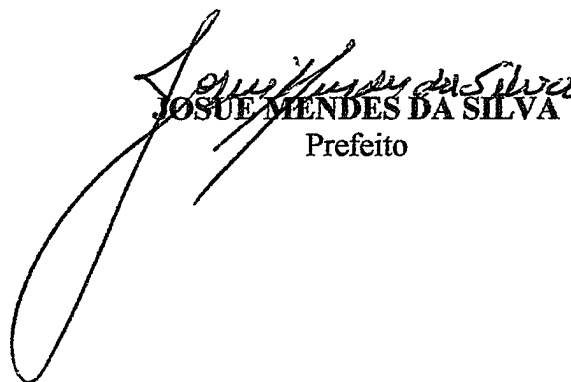
Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

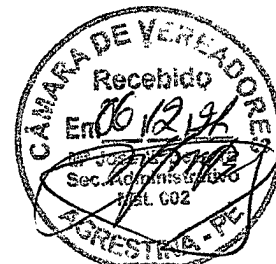
Cumprimentando-o formalmente, encaminho a Vossa Excelência, para deliberação dessa Câmara de Vereadores, dos **Projetos de Lei nº 016, 019, 020 e 021/2021**.

Na oportunidade, solicito que seja dado **REGIME DE URGÊNCIA**, com a **convocação de reuniões extraordinárias**, na forma do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, para tramitação da mencionada proposição.

Sendo o que apresenta para o momento, na oportunidade, aproveito para reiterar votos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,


JOSUE MENDES DA SILVA
Prefeito





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei Nº 019/2021, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, que institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente a Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 019/2021**, que institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC e dá outras providências.

Compete a esta Comissão de Justiça e Redação manifestar-se em todas as proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara de Vereadores deste Município, dizendo a sua constituição, sua legalidade e da sua redação.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma pontuou que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a proposição.

Em análise, esta Comissão de Justiça e Redação deste Poder Legislativo Municipal, concluiu também que o seu teor não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2021.


Saulo Alves Batista

Presidente da Comissão


Emília Alves Fernandes

Relatora


Edson Pedro da Silva

Membro



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei Nº 019/2021, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, que institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente da Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 019/2021**, que institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC e dá outras providências.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma opinou que o Projeto em tela, encontra-se em condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura.

Desta maneira, esta Comissão de Finanças e Orçamento, em análise concluiu que, o mesmo não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.


Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2021.


José Pedro da Silva Filho

Presidente da Comissão


Marcos Antônio de Oliveira Silva

Relator


José Genivaldo da Silva

Membro